



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS – UG 050100

Nota 1: Informações Gerais

Natureza Jurídica

O Tribunal de Justiça, órgão da Administração Direta do Poder Judiciário Estadual, instituído pelo art. 43 da Constituição Estadual, inscrito no CNPJ 25.053.190/0001-36, administra recurso das fonte – 0100 – Receita do Tesouro Estadual, por meio de repasses duodecimais.

Os aludidos repasses são subdivididos em recursos para despesas de Custeio e Investimento (fonte: 010066666) e para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (fonte: 010077777).

1.1 Domicílio

A sede do Tribunal de Justiça está localizada no Edifício Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis s/n, CEP: 77.001-002, Palmas/TO, e possui estabelecimentos distribuídos por todo o Estado, totalizando 40 comarcas.

1.2 Natureza Operacional

O Tribunal de Justiça tem como principais objetivos a manutenção dos serviços administrativos, a prestação jurisdicional à sociedade tocantinense e o aprimoramento da infraestrutura física e tecnológica do Poder Judiciário, com os seguintes programas:

- ✓ Programa Manutenção do Tribunal de Justiça (Código 1.145);
- ✓ Programa Desenvolvimento Estratégico do Poder Judiciário TO (Código 1.169).

1.3 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 1964, com as alterações constantes no Manual de Contabilidade Pública, que recepcionou os ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente as da NBCT 16.6, Lei Complementar nº 101, de 2000, os Princípios de Contabilidade, representando adequadamente em todos os seus aspectos a situação da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Tribunal de Justiça, em 31 de dezembro de 2021.



Nota 2: RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis têm como fonte de informação os dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO, foram elaboradas com base no custo histórico e estão apresentadas em unidades de real, que é a moeda funcional do Tribunal de Justiça.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins na data de assinatura deste expediente.

2.2 NOVAS NORMAS

As práticas contábeis são regidas pelas normatizações da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e pelas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, bem como suas atualizações e aprimoramentos à Contabilidade Pública.

A Contabilidade do Tribunal de Justiça é processada por meio eletrônico, pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO.

A orientação normativa e a supervisão técnica das atividades e dos procedimentos contábeis e fiscais para o adequado registro dos atos e dos fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, são de responsabilidade da Superintendência de Gestão Contábil da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins.

2.3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Na elaboração dessas demonstrações contábeis, as principais estimativas estão relacionadas à vida útil dos bens do ativo imobilizado. Não se observou a necessidade de fazer julgamentos relevantes para reconhecimento de ativos e passivos contingentes.

Nota 3: INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constituem parte integrante na prestação de contas das ações executadas no exercício financeiro do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, e são compostas pelo Balanço Orçamentário - Anexo 12; Balanço Financeiro - Anexo 13; Balanço Patrimonial - Anexo 14; Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15; Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo 18 e demais relatórios exigidos pela Lei nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; e Instrução Normativa nº 006, de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que regulamenta a prestação de contas anual da Administração Direta e Indireta do Poder



Executivo Estadual e dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo XIV

O Balanço Patrimonial tem como finalidade expressar a situação estática dos bens, direitos e obrigações, em comparação com a do exercício anterior e indicar o valor do Saldo Patrimonial (PL). No quadro abaixo, destacam-se os valores do exercício atual:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	39.629.776,72	25.131.357,72
Créditos a Curto Prazo	17.482.076,17	16.807.833,35
Estoques	2.233.543,97	2.421.573,04
Total do Ativo Circulante	59.345.396,86	44.360.764,11
Ativo Não Circulante - Imobilizado	275.023.826,72	251.353.605,09
TOTAL DO ATIVO	334.369.223,58	295.714.369,20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações. Trab. Prev. e Assist. a Pagar a CP	341.515,27	10.492,72
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	81.390,27
Demais Obrigações a Curto Prazo	16.044.133,00	15.816.122,47
Total do Passivo Circulante	16.385.648,27	15.908.005,46
Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Resultados Acumulados	313.725.408,64	279.806.363,74
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	334.369.223,58	295.714.369,20

Tabela nº 01

A soma do Ativo Circulante com Ativo não Circulante é igual à soma do Passivo Circulante, mais Passivo Não Circulante, mais Patrimônio Líquido, obtendo-se o valor de R\$ 334.369.223,58 (trezentos e trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e vinte três reais e cinquenta e oito centavos), estabelecendo-se, dessa forma, o equilíbrio da equação patrimonial.

O resultado financeiro apurado no exercício foi superavitário em R\$ 31.377.262,75 (trinta e um milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), sendo a diferença entre o Ativo Financeiro (R\$ 55.673.899,86) e o Passivo Financeiro (R\$ 24.296.637,11), conforme demonstrado no Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes do Anexo -14.



3.1.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante – Composto pelas seguintes contas:

Caixa e Equivalentes de Caixa que compreende os valores em contas bancárias e em aplicação financeira.

Créditos a Curto Prazo no valor de R\$ 17.482.076,17 (dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setenta e seis reais e dezessete centavos), que compreende o: adiantamento e transferências voluntárias, decorrentes de termo de apoio técnico e científico, entre TJ/TO-ESMAT-UFT e FPTO, que tem como objetivo a continuidade do desenvolvimento do Projeto "Rede metropolitana comunitária de ensino e pesquisa de Palmas- Metrotins", Convênio nº 08/2016 e 18/2020; "Projeto de pesquisa intitulado "Modelagem Computacional do Tribunal de Justiça do Tocantins", Convênio 1/2018 em 2021 (R\$ 417.325,92) somado às transferências do exercício de 2020 (R\$ 104.331,48); mais as de 2019 (R\$ 426.039,92), mais as de 2018 (R\$ 490.255,71), mais Depósitos Judiciais em Fundo de Reserva, previstos na Lei Complementar (LC) nº 151, de 2015 (R\$ 16.044.123,14).

Cabe destacar que os Depósitos Judiciais estão contabilizados no Ativo Circulante em contrapartida com Passivo Circulante em conta específica (Demais Obrigações a Curto Prazo), não financiando nenhum outro desembolso.

Estoques – São bens de consumo armazenados em almoxarifado, importando as aquisições do Tribunal de Justiça e as transferências recebidas relativas às aquisições pelo Funjuris.

3.1.2 Ativo Não Circulante

Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, Depreciação (56.630.765,38), totalizando o Imobilizado líquido em R\$ 275.023.826,72 (duzentos e setenta e cinco milhões, vinte e três mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).

3.1.3 Passivo Circulante

O Passivo Circulante – Detalhado da seguinte forma:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Curto – Compreendem as obrigações referentes encargos sociais do regime próprio de previdência.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – São reconhecidos pelo valor original as obrigações a curto prazo, bem como as consignações e pagamentos a terceiros, e obrigações trabalhista, previdenciárias e Assistenciais a Pagar (R\$ 341.515,27).

Este valor (R\$ 341.515,27), decorre de registro em duplicidade (a maior), percebido após o encerramento do sistema SiafeTO e do exercício financeiro em análise. Não sendo imperiosa a reabertura para correção, evitando maiores transtorno por se tratar de sistema integrado entres os diversos poderes. Assim, pautado no principio da continuidade das operações da entidade, o valor será cancelado no exercício seguinte. Bem como, será



demonstrado no Anexo - XVI Demonstrativo da dívida Fundada, que neste exercício constou como inscrição. Anexo a este demonstrativo (Anexo-XVI) comprovante de cancelamento por nota patrimonial nº 2022NP00099 do valor inscrito equivocadamente.

Demais Obrigações a Curto Prazo – São registrados os valores em depósitos judiciais, em contrapartida ao Crédito a Curto Prazo, correspondentes ao fundo de reserva, regido pela Lei Complementar (LC) nº 151, de 2015, R\$ 16.044.123,14 (dezesesseis milhões, quarenta e quatro mil, cento e vinte três reais e quatorze centavos);

3.1.4 Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios, para serem classificadas no passivo circulante. Neste exercício apresentou o valor de R\$ 4.258.166,67 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) na conta Demais Obrigações a Longo Prazo, decorrente do recebimento antecipado pago pela contratada “Caixa Econômica Federal”, pelo contrato nº 312/2021, como garantia de cumprimento do objeto que é a centralização e processamento dos crédito, em conta dos servidores, da folha de salários gerada pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo 05 anos.

3.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO XV

Nas Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP evidenciam as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - Anexo XV

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam o Resultado Patrimonial que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado entre as Variações Aumentativas e Diminutivas. Este Exercício apresentou resultado positivo de R\$ 67.996.103,11 (sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e três reais e onze centavos), conforme demonstrado no Anexo 15.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 620.625.922,98), compreendem os seguintes detalhamentos no balancete de verificação, abaixo transcrito:

Transferências e delegações recebidas

- Transferência intragovernamental repasse recebida (R\$ 618.905.440,29), destacando: duodécimo constitucional, (R\$ 587.713.417,00), conforme balancete de verificação conta contábil nº 451120201;
- Transferências referente aquisição pelos FUNJURIS (R\$ 30.866.849,29); sendo: bens de consumo/almoxarifado (R\$ 2.884.594,06), construção e benfeitorias em bens imóveis (R\$ 17.467.678,81); aquisição de bens móveis (R\$ 10.514.576,42);



- Doações Recebidas da União, através do Conselho Nacional de Justiça – CNJ no valor de R\$ 325.174,00, referente a 100 Kits coleta de dados biométricos e biográficos.
- Diversas variações patrimoniais aumentativas (R\$ 1.165.665,11), decorrente de recebimento diversos, reembolso de servidor a disposição de outros poderes, restituição por encerramento de convênio, restituição por devolução parcial de diárias, etc.

3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, no valor de (R\$ 552.629.819,87), está detalhada da seguinte forma:

- Desembolso com Pessoal e Encargos (R\$ 509.813.637,64); Benefícios Previdenciários e Assistenciais, (R\$ 239.535,57); O uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (R\$ 38.206.896,66) refere-se a Materiais de Consumo, Serviços tomados de pessoas físicas e jurídicas e Depreciação;
- Transferências e delegações Concedidas (R\$ 1.003.409,06), relativas à doação de bens móveis, equipamento de processamento de dados e mobiliários em geral, e contribuições, para Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Entidades Filantrópicas;
- Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (R\$ 324.493,96), referente Perdas Involuntárias, que corresponde a baixo de bens móveis irre recuperáveis;
- Impostos, Taxas e Contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física (R\$ 53.357,85);
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 2.962.410,17) decorrentes de ajuda de custo de natureza indenizatória de transportes e indenização de moradia.

3.3 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – Anexo XVIII

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade gerar Caixa e Equivalente de Caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros nas atividades da gestão.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos Fluxos de Caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizados para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.



3.3.1 Ingressos das Atividades Operacionais – Correspondem aos ingressos das atividades operacionais relativo às transferências constitucionais, movimentação interna entre contas e reembolso recebidos de servidores e de terceiros;

3.3.2 Desembolsos das Atividades Operacionais – Correspondem à despesa orçamentária paga, demonstrando-se desembolsos relativos às despesas orçamentárias e independentes da execução orçamentária (restos a pagar, restituições e depósito de terceiros).

Do confronto dos ingressos (R\$ 672.066.571,70) e desembolsos (R\$ 650.145.247,23) operacionais, obteve-se resultado positivo financeiros no exercício de R\$ 21.921.324,47 (vinte e um milhões, novecentos e vinte e um mil, trezentos e vinte quatro reais e quarenta e sete centavos).

3.3.3 Fluxo de caixa das atividades de Investimento – Corresponde a captação de recursos por Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

3.3.4 Desembolsos de Investimento – Correspondem à despesa orçamentária paga com investimentos e inversões financeiras no exercício, incluindo restos a pagar.

Observação: O confronto de fluxo de caixa das atividades de investimento (R\$ 0,00) com desembolsos de investimento (R\$ 7.165.988,57), acusou saldo negativo correspondente ao próprio desembolso, significando que os investimentos foram honrados com recursos das atividades operacionais, com destaque das transferências duodecimais do tesouro estadual, que é o principal ingresso de recursos desta Unidade Gestora Tribunal de justiça, acima descrito.

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Anexo XII

Este Balanço apresenta o resultado da Execução Orçamentária, Receitas e Despesas Previstas em confronto com as Realizadas.

3.4.1 Receitas Previstas com as Realizadas

Não houve previsão para receita orçamentária inicial, haja vista que a UG-Tribunal de Justiça recebe repasse por transferências financeiras do Tesouro Estadual denominada de Duodécimo, demonstrada no Balanço Financeiro anexo-13, mencionado no item 3.5 desta nota explicativa. Porém, houve realização de receitas patrimoniais decorrentes de remuneração de depósitos bancários (R\$ 381.984,25), e outras receitas correntes devolução parcial de diárias, restituições relativas a despesa com servidores a disposição de outros poderes (R\$ 165.665,11); contrato com a Caixa Econômica para operacionalização de pagamento folha de salários dos servidores Poder Judiciário do Estado do Tocantins (R\$ R\$ 4.405.000,00, repasse financeiro recebido da Secretaria de Cidadania e Justiça, referente convênio nº 21/2019 (R\$ 1.000.000,00); totalizando as receitas realizadas em R\$ 5.952.649,36 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).



As Transferências Correntes apresentaram saldo zero, por se tratar de contas destinadas a receber recurso do Governo Federal, denominado Fundos de Participação dos Estados - FPE, sendo esta conta, Transferências Correntes, utilizada especificamente pelo Poder Executivo Estadual.

3.4.2 Despesas Fixadas com as Realizadas

As Despesas Orçamentárias realizadas estão detalhadas por categorias de gastos no Anexo 12.

Do confronto das Receitas Realizadas (R\$ 5.952.649,36), com as Despesas Executadas (R\$ 583.013.510,24) resultou, déficit orçamentário no valor de R\$ 577.060.860,88 (quinhentos e setenta e sete milhões, sessenta mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos).

No entanto, esse resultado operacional deficitário (R\$ 577.060.860,88), não representou passivo descoberto de fato, visto que os recursos orçamentários (duodécimo) são ingressados como transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, conforme estabelecido no inciso V do § 5º do art. 43 da Constituição Estadual, designados de repasses duodecimais.

Sendo estas transferências registradas nas Variações Patrimoniais (Anexo XV) em Transferências e Delegações Recebidas, bem como no Balanço Financeiro (Anexo XIII) em Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (R\$ 587.713.417,00), tratadas no item 3.2 destas Notas Explicativas.

Por esse viés, nota-se também no Balanço Patrimonial (Anexo XIV) apresentado no item 3.1, as disponibilidades financeiras suficientes para honrar os valores inscritos em restos a pagar, nos termos do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante discriminado abaixo:

- Saldo na Conta Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R\$ 39.629.776,72 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte nove mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos);

Portanto, considerando os valores da Conta Caixa e Equivalente de Caixa (R\$ 39.629.776,72), em comparação com o valor inscrito em restos a pagar dívida flutuante – Anexo-17 (R\$ 8.252.513,97), implica superávit financeiro de R\$ 31.377.262,75 (trinta e um milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Dessa forma, evidencia-se que todos os compromissos assumidos para o exercício seguinte, representados pela inscrição em restos a pagar, foram realizados com estrita observância ao princípio da responsabilidade na gestão fiscal, tendo suporte financeiro para honrar todas as obrigações de despesas contraídas, conforme estabelece o art. 42 da Lei Complementar (LC) nº 101, de 2000.



Os Recursos Orçamentários são compostos pelo repasse constitucional (Fonte: 0100), aprovados pela Lei nº 3.781, de 15 de fevereiro 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5789, de 16/02/2021.

3.4.3 Tratamento Contábil dos Restos a Pagar Não Processados, pagos no exercício de 2021

A execução dos Restos a Pagar Não Processados resultou no pagamento de R\$ 3.266.463,54 (três milhões, duzentos e sessenta e sei mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) e no cancelamento de R\$ 867.233,68 (oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), restando saldo a liquidar de R\$ 1.019.388,33 (um milhão, dezenove mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos) conforme demonstrado no Anexo 12.1.

3.4.4 Tratamento Contábil dos Restos a Pagar Processados

Na Execução dos Restos a Pagar Processados, foram pagos na totalidade do valor inscritos de R\$ 103.544,07, (cento e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sete centavos), conforme demonstrado no Anexo 12.2.

3.5 BALANÇO FINANCEIRO – Anexo XIII

Este demonstrativo apresenta as Receitas e Despesas, conforme determina a Lei nº 4.320, de 1964, e as Normas da STN apresentando saldos dos exercícios 2020 e 2021, da seguinte forma:

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	5.952.649,36	260.198,58
Transferências Financeiras Recebidas (II) (Duodécimo)	587.713.417,00	619.851.201,06
Recebimentos Extras Orçamentários (III)	85.633.630,98	9.729.437,60
Saldo do Exercício Anterior (IV)	40.918.563,96	29.589.710,72
TOTAL DOS INGRESSOS (V) = I+II+III+IV	720.218.261,30	659.430.547,96
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (IV)	583.013.510,24	583.331.658,21
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	1.218,31
Pagamentos Extraordinários (VIII)	81.530.851,20	35.179.107,48
Soma dos Dispêndios	664.544.361,44	618.511.984,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	55.673.899,86	40.918.563,96
TOTAL (X) = (IV+VII+VIII+IX)	720.218.261,30	659.430.547,96

Tabela nº 2 – Resumo Anexo XIII

Ingressos representam os repasses recebidos do Tesouro Estadual Transferências Financeiras Recebidas (duodécimo) – (II), somados com Receitas Patrimoniais, acrescidos



das Transferências Internas (recebimentos extraordinários) entre contas-correntes, rendimento aplicação financeira e, recebimentos extraordinários decorrentes de inscrição de Restos a Pagar e valores em trânsito, acrescido do saldo de exercício anterior.

Os dispêndios compreendem as Despesas Orçamentárias, somadas com as Transferências Concedidas Internas, acrescidas dos pagamentos extraordinários decorrentes de Restos a Pagar e valores em trânsito, acrescido de saldo para o exercício seguinte, equilibrando-se, dessa forma, a equação financeira em R\$ 720.218.261,30 (setecentos e vinte milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta centavos).

Cabe observar que neste Balanço Financeiro são computados os valores das Transferências Financeiras Recebidas (ingressos), relativas ao duodécimo que não constou como receita orçamentária no Balanço Orçamentário, demonstrando a real situação financeira com relação aos desembolsos, restando saldo disponível para o Exercício seguinte a importância de R\$ 55.673.899,86 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

Por fim, informamos-lhes que os documentos comprobatórios dos registros contábeis das receitas e de aplicação dos recursos encontram-se arquivados e acessíveis neste Sodalício para eventual esclarecimento.

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Diretoria Financeira, aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2022.

Desembargador João Rigo Guimarães
Presidente

Gizelson Monteiro de Moura
Diretor Financeiro

Manoel Lindomar A. Lucena
Contador-CRC/DF 9642/T-TO